



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

MO nº 165

Fis. 12

22/10/2014

Vinica

BM 847406

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.133.483.14.02

INSTRUMENTO JURÍDICO:

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social, Marcelo Alves Mourão, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, e o Procurador-Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP**, estabelecida na Av. Antônio Carlos, 6.627 – Campus UFMG – Unidade Administrativa II – 4º andar – Pampulha – Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, representada por seu Presidente, Alfredo Gontijo de Oliveira, CPF 045.124.216-53, ou procuradores conforme documentação no processo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de prestação de serviços, em conformidade com o Decreto Municipal 10.710/01 e com a Lei 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é firmado mediante dispensa de licitação, com fulcro no inciso XIII, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos educacionais pela **CONTRATADA**, para realização de curso de capacitação dos 175 técnicos (assistentes sociais e psicólogos) aprovados no Concurso 02/2012 da SMAAS, subordinada ao **CONTRATANTE**, de acordo com a Proposta de Prestação de Serviços nº 322572/2014, com carga horária discriminada na Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

2.2. As especificações da prestação do serviço também se encontram discriminadas na Proposta.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A execução dos serviços contratados, objeto do presente instrumento, está a cargo do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, o qual se responsabiliza pelo conteúdo necessário à realização dos mesmos, estando os serviços devidamente detalhados na proposta da Contratada, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.2. A execução do presente contrato será realizada sob a coordenação da Professora Andréa Máris Campos Guerra, lotada no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que deverá desenvolver todos os trabalhos atribuídos com o padrão de diligência que corresponde a sua condição profissional no âmbito de atuação do Projeto.

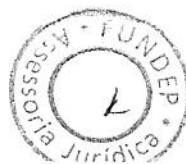
CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato terá vigência a partir data de assinatura do contrato até 10/02/2015, podendo ser prorrogado, após justificativa e acordo entre as partes, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2 O período de realização da capacitação será acordado entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** e documentado no processo, dentro do prazo estabelecido para vigência.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR

5.1. O presente Contrato tem o valor total de R\$204.945,93 (duzentos e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos).





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA
PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.133.483.14.02

5.2. O preço contratado cobre todas as despesas inerentes à prestação do serviço; incluindo todos os tributos, encargos, custos financeiros, lucro, remuneração de professores e equipe de apoio, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, despesas fiscais, emissão dos relatórios, equipamentos, fornecimento de lanche e demais despesas e ônus que porventura possam incidir sobre a prestação do serviço, objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

1011.0057.08.244.020.2878.0005 3.3.90.39-54 F-03.40.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Disponibilizar instalações físicas (sala, mesas e cadeiras) para a formação de acordo com as normas técnicas do Ministério do Trabalho e, também as relativas à luminosidade, ventilação, aclimação, espaço físico, limpeza e higiene, ergonomia, segurança e layout.
- 7.2. Substituir os instrutores do curso objeto deste contrato, imediatamente, por motivo de faltas injustificadas, afastamentos médicos, férias, outros afastamentos legais, ou quaisquer outros motivos, seja temporário, periódico ou definitivo.
- 7.3. Manter sigilo acerca de informações que possam vir a ser discutidas nos debates, estudos de caso e exercícios.
- 7.4. Substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação do CONTRATANTE, os professores que não atenderem às exigências deste contrato e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das funções e atividades relativas aos serviços contratados.
- 7.5. Iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste contrato.
- 7.6. Fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se por qualquer acidente que venha a ocorrer em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 7.7. Dar ciência imediata e oficializar por escrito ao CONTRATANTE qualquer interrupção, indisponibilidade ou anormalidade constatada na execução dos serviços objeto deste contrato.
- 7.8. Prestar obrigatória e imediatamente, esclarecimentos às solicitações requeridas pelo CONTRATANTE, documentando-as.
- 7.9. Emitir relatórios contendo a frequência ao final de cada módulo e a avaliação do desempenho dos participantes.
- 7.10. Corrigir às suas expensas imperfeições ou omissões nos serviços executados.
- 7.11. Assegurar que os professores responsáveis por ministrar a capacitação objeto deste contrato atendam ao perfil profissional descrito na Proposta Comercial anexa ao processo.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exercer controle, administração e gestão da prestação dos serviços objeto deste contrato.
- 8.2. Determinar a substituição de imediato e a qualquer tempo dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às exigências do contrato e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das funções de treinamento.
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades referentes à execução dos serviços prestados.





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA
PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.133.483.14.02

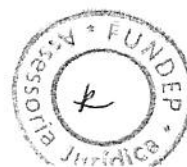
- 8.4. Prestar todas as informações necessárias com clareza à CONTRATADA para a execução dos serviços contratados.
- 8.5. Indicar os servidores que participarão do curso.
- 8.6. Atestar as Faturas emitidas pela CONTRATADA referente aos serviços prestados em conformidade com este Contrato, bem como efetuar o pagamento do valor consoante Cláusula Oitava do presente instrumento.
- 8.7. Arcar com o custo do produto contratado, independente da evasão dos alunos.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento dos serviços contratados será realizado da seguinte forma, cinco dias após apresentação da Nota Fiscal/Fatura referente à parcela específica, totalizando R\$ 204.945,93 (duzentos e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), divididos em:
 - 9.1.1. Primeira Parcela: após a primeira semana de execução do projeto, no valor de R\$ 60.989,19 (sessenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos);
 - 9.1.2. Segunda Parcela: 10 dias após a realização da 4ª Turma, no valor de R\$ 123.462,15 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quinze centavos);
 - 9.1.3. Terceira Parcela: 10 dias após a finalização das atividades do projeto, no valor de R\$ 20.494,59 (vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos).
- 9.2. A contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, discriminando, obrigatoriamente, o nome do produto/relatório a ser entregue.
- 9.3. A contratada deverá enviar, a partir do segundo produto, além da Fatura, os seguintes documentos:
 - 9.3.1. Apresentação prévia de registro fotográfico que permita verificar que permita verificar a efetiva realização do curso, por meio do qual se possa inferir que o local registrado corresponde ao previsto no ajuste, bem como que a atividade fotografada corresponde à esperada;
 - 9.3.2. Documento informando a quantidade de alunos inscritos e a quantidade de alunos presentes, bem como o nome completo, profissão, endereço eletrônico, telefone, endereço residencial;
 - 9.3.3. Cópia de lista de presença diária.
- 9.4. O pagamento dos serviços contratados será realizado em até 10 (dez) dias da emissão de cada Fatura, por meio de depósito em conta corrente bancária da contratada.
- 9.5. Os dados bancários da contratada deverão ser informados no corpo da Fatura, que deverá estar devidamente atestada pelo setor competente.
- 9.6. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - 10.1.1. advertência.
 - 10.1.2. multas, nos seguintes percentuais:
 - a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 19,8%, correspondente a até 60 (sessenta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
 - b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese de o infrator descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA
PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.133.483.14.02

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

10.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

10.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

10.3. As penalidades de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas pelo Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social.

10.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Secretária Municipal de Políticas Sociais.

10.5. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, nos seguintes prazos:

10.5.1. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar o prazo para apresentação de defesa será de 5 (cinco) dias úteis;

10.5.2. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa será de 10 (dez) dias úteis;

10.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

10.6.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

10.7. O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, garantido o pagamento dos serviços já prestados, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da CONTRATADA:

11.1. Infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato.

11.2. Transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, salvo com prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

11.3. Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se.

11.4. Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao CONTRATANTE.





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA
PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.133.483.14.02

- 11.5. Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais.
- 11.6. Ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.
- 11.7. Subcontratar total ou parcialmente o objeto ajustado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, salvo com prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem que disso decorram indenizações, garantindo-se, todavia, o pagamento pelos serviços já prestados ou eventuais prejuízos a que se submeta a CONTRATADA decorrentes do presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ADITAMENTO DO PROJETO, SERVIÇOS E PREÇOS

Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa do presente contrato que implique custos adicionais, ou alteração conceitual do projeto.

- 13.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 13.2. Não constitui alteração contratual o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 13.3. Excetua-se da regra as alterações autorizadas prévia e expressamente pelo Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Caberá a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, por meio de ofício, quando da assinatura do contrato, indicar o(s) servidor(es) responsável(is) pela fiscalização do Contrato bem como para dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, e de tudo dará ciência à contratante, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666, de 1993.

14.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência dos serviços que deverão ser, imediatamente, confirmados por escrito.

15.2. Os ambientes físicos, salas e equipamentos utilizados na execução dos serviços contratados deverão ser reservados e de uso exclusivo para os fins do objeto deste contrato, durante o horário em que o curso estiver em andamento, sendo, também, fornecidos a expensas da CONTRATADA.

15.3. As atividades ou trabalhos a serem contratados somente poderão ser veiculados pela CONTRATADA, através de qualquer meio de divulgação, quando expressa e oficialmente autorizado pela Gerência de Coordenação das Medidas Socioeducativas e mencionada a participação do CONTRATANTE como Coordenador do Projeto e proprietário dos resultados, e da CONTRATADA em conjunto com o CONTRATANTE, como executores.

15.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA
PESQUISA - FUNDEP.

PROCESSO: 01.133.483.14.02

15.5. A CONTRATADA será responsável perante o CONTRATANTE, sob todos os aspectos, circunstâncias e eventualidades, respondendo pela qualidade dos serviços constantes neste contrato, bem como, pelo sigilo dos relatórios e trabalhos.

15.6. Reserva-se ao CONTRATANTE, por meio do Secretário da SMAAS, o direito de recusar, em parte, ou no todo, os serviços executados pela CONTRATADA, desde que apresentados fora das condições prescritas, cabendo à CONTRATADA, refazê-lo sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE e/ou deduzir o valor correspondente, conforme seja o caso.

15.7. Eventuais prorrogações do contrato não implicam, necessariamente, no reajuste dos valores inicialmente contratados.

15.8. Os locais de realização das aulas poderão sofrer alteração de um módulo para outro, de acordo com planejamento prévio e divulgado com antecedência aos alunos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

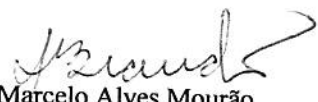
A publicação do extrato do presente contrato no "Diário Oficial do Município" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que será levado a Registro na Procuradoria Geral do Município.


Belo Horizonte, 14 de outubro de 2014.

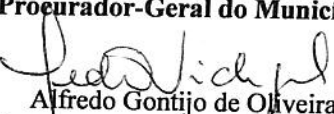

Marcelo Alves Mourão

Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social


Marcelo Piancastelli de Siqueira
Secretário Municipal de Finanças

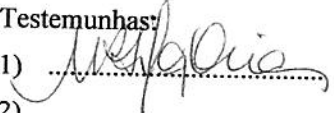
Rúsvel Beltrame Rocha
Procurador-Geral do Município


Hércules Guerra - BM 35.250-4
Procurador Geral Adjunto do
Município de Belo Horizonte


Alfredo Gontijo de Oliveira
Presidente da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP

Prof. Pedro Guatimosim Vidigal
Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

Testemunhas:

- 1) 
2)

